

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1015140-86.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Exibição - Provas</b>
Requerente:	<b>ELCIO ROBERTO GOMES AMORIM</b>
Requerido:	<b>Manzano Imóveis Administradora Predial São Carlos Ltda</b>

ELCIO ROBERTO GOMES AMORIM ajuizou ação cautelar contra MANZANO IMÓVEIS ADMINISTRADORA PREDIAL SÃO CARLOS LTDA, pedindo seja instada à exibição de cópia de contratos de locação, de comprovantes de pagamentos e de termos de entrega de chaves e rescisão contratual, referentes aos dois imóveis que lhe pertencem e que são por ela administrados.

Citada, a ré requereu o depósito em Cartório de todos os documentos pleiteados.

Deferiu-se o pedido formulado pela ré.

Manifestou-se o autor, não alegando a ausência de qualquer documento e pleiteando a condenação da ré ao pagamento das verbas sucumbenciais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Nos termos do v. acórdão proferido por ocasião do julgamento do REsp. 982.133/RS, Relator o eminente Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 22/9/2008, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, a caracterização do interesse de agir, em ações objetivando a exibição de documentos societários, exige a demonstração da prova do requerimento formal na via administrativa e o comprovante do pagamento da taxa de serviço, quando

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei 6.404/76).

Houve prévio requerimento à administradora dos imóveis, sem atendimento, pelo que justificável a pretensão judicial.

Os documentos foram exibidos. O autor não reclamou da ausência de algum outro, pelo que se entende estar satisfeita a pretensão.

A inércia da ré, que não exibiu os documentos previamente solicitados pela via administrativa, ensejou a propositura da presente cautelar de exibição de documentos e, justamente por isso, necessária se faz sua condenação ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios.

De acordo com o princípio da causalidade *"aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração de incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes. Isto porque, às vezes, o princípio da sucumbência se mostra insatisfatório para a solução de algumas questões sobre responsabilidade pelas despesas do processo."* (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Júnior, in Código de Processo Civil Comentado, 3ª ed. RT).

Leciona Cândido Rangel Dinamarco que: *"(...) a sucumbência não é em si mesma um princípio, senão apenas um indicador do verdadeiro princípio, que é a causalidade (Chiovenda, Piero Pajardi, Yussef Cahali). Responde pelo custo do processo aquele que haja dado causa a ele, seja ao propor demanda inadmissível ou sem ter razão, seja obrigando quem tem razão a vir a juízo obter aquilo a que já tinha direito."* (DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil - vol II. 3ª edição)".

Neste sentido:

**AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.**  
**ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.** Necessidade de ingressar em juízo para ver satisfeita a pretensão exhibitória. Resistência do Banco caracterizada. Incidência do princípio da causalidade. Condenação da parte que deu causa à demanda no pagamento dos ônus sucumbenciais de forma integral. Valor dos honorários fixados em R\$1.000,00, com base na equidade, dada a simplicidade da demanda. Recurso provido (TJSP, Apelação nº 0010042-16.2013.8.26.0047, Relator: Flávio Cunha da Silva,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

j.13/05/2015).

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - Determinação de apresentação ao banco - Instituição financeira possui obrigação de guardá-los, deve apresentá-los, afastado o pagamento de taxas - Interesse demonstrado - Documentos apresentados pelo banco - Decisão mantida. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Exibição de documentos - Contrato de empréstimo bancário - Procedência parcial - Possibilidade de condenação do banco nos ônus da sucumbência - Princípio da Causalidade - Arbitramento em valor moderado - Inteligência do art. 20, § 4º, do CPC - Recurso do autor parcialmente provido (TJSP, Apelação nº 1006582-95.2014.8.26.0361, Relator: Sebastião Junqueira, j. 11/05/2015).

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a exhibir os documentos pedidos, ao mesmo tempo em que, já exibidos, julgo extinto o processo.

Responderá a ré pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e pelos honorários advocatícios do patrono do requerente, por equidade fixados em R\$ 900,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de março de 2016.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**